



**MINISTÉRIO DA FAZENDA
TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE
PRIMEIRA CÂMARA**

**Processo nº : 10855.003100/99-02
Recurso nº : 126.859
Sessão de : 12 de agosto de 2005
Recorrente : ANGRIZANI & GARROTE S/C. LTDA. – ME.
Recorrida : DRJ/RIBEIRÃO PRETO/SP**

R E S O L U Ç Ã O N° 301-01.438

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

RESOLVEM os Membros da Primeira Câmara do Terceiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, converter o julgamento em diligência à Repartição de Origem, na forma do relatório e voto que passam a integrar o presente julgado.

OTACÍLIO DANTAS CARTAXO
Presidente

IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES
Relatora

Formalizado em: **27 MAR 2006**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros: José Luiz Novo Rossari, Luiz Roberto Domingo, Valmar Fonsêca de Menezes, Atalina Rodrigues Alves, Susy Gomes Hoffmann e Carlos Henrique Klaser Filho.

Processo nº : 10885.003100/99-02
Resolução nº : 301-01.438

RELATÓRIO

Por bem relatar os fatos, adoto o relatório da decisão recorrida, o qual passo a transcrever:

“Trata o presente processo de pedido de inclusão retroativa no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte-Simples, a partir da data de sua constituição em 18/8/1999, em virtude de não ter sido processada a opção por ocasião da inscrição do CNPJ, por erro de digitação, deixando de constar o código 301.

O Contribuinte ao tomar ciência do despacho decisório de fls. 18, ingressa com a impugnação de fls. 22/25, onde alega em síntese que:

- requereu seu ingresso ao Simples desde 18/8/1999;
- por erro de digitação deixou de constar o código 301 (opção);
- atividade desenvolvida pela empresa não se enquadra como excludente da opção (art. 9º, inciso XIII, não havendo nenhuma vinculação com atividade desenvolvida, pois não precisa de profissional especial. Basta o conhecimento obtido no dia a dia;
- o fato de o sócio majoritário ser engenheiro não autoriza a ilação contida no despacho decisório, ora recorrido;

Por último, requerer o enquadramento da empresa no Simples, por ser medida de justiça.”

A DRJ-Ribeirão Preto/SP indeferiu o pedido do contribuinte (fls. 30/33), nos termos da ementa transcrita adiante:

“Assunto: Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples.

Ano-calendário: 2000.

Ementa: Simples, Vedações, Serviços de Montagem e Manutenção de Equipamentos Industriais. A Pessoa Jurídica que presta serviços na área de Assistência Técnica em Máquinas e Equipamentos; e Instalações Elétricas e Mecânicas, está impedida de exercer a opção

Processo nº : 10885.003100/99-02
Resolução nº : 301-01.438

pelo Simples, por tratar-se de atividade relacionada à prestação de serviços de engenharia.

Solicitação Indeferida”

Irresignada, a contribuinte apresentou recurso voluntário a este Colegiado (fls.37/41), aduzindo, em suma:

- que não se trata da atividade impeditiva declarada no Ato Declaratório Normativo/SRF nº 4, de 22/02/2000, pois a empresa não presta serviços de montagem e manutenção de equipamentos industriais, mas presta assistência técnica em máquinas, equipamentos e instalações elétricas e mecânicas.
- que a atividade desenvolvida pela empresa não necessita de profissional habilitado legalmente, bastando somente o conhecimento que ele tenha adquirido pela prática.

Por fim, pede o enquadramento no SIMPLES.

É o relatório.

Processo nº : 10885.003100/99-02
Resolução nº : 301-01.438

VOTO

Conselheira Irene Souza da Trindade Torres, Relatora

O recurso é tempestivo e preenche as demais condições de admissibilidade, razão porque dele conheço.

A teor do relatado, versam os autos sobre o indeferimento do pedido de inclusão da contribuinte acima identificada do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES, em virtude de exercer alegada atividade econômica incompatível com esse Sistema.

Diz o inciso XIII do art. 9º da Lei nº 9.317/96, *in verbis*:

“Art. 9º - Não poderá optar pelo simples a pessoa jurídica:

.....
XIII – que preste serviços profissionais de corretor, representante comercial, despachante, ator, empresário, diretor ou produtor de espetáculos, cantor, músico, dançarino, médico, dentista, enfermeiro, veterinário, engenheiro, arquiteto, físico, químico, economista, contador, auditor, consultor, estatístico, administrador, programador, analista de sistema, advogado, psicólogo, professor, jornalista, publicitário, fisicultor, ou assemelhados, e de qualquer outra profissão cujo exercício dependa de habilitação profissional legalmente exigida.”

(grifo não constante do original)

Da leitura do texto da lei, verifica-se, de plano, que a DRF-Sorocaba/SP indeferiu a solicitação da contribuinte (fl. 18) diante de argumentos que não encontram respaldo legal. A participação societária majoritária de um engenheiro em uma empresa não implica, necessariamente, em que a atividade da empresa necessite do emprego de serviços profissionais de engenheiro, mesmo sendo esta atividade a prestação de serviços de assistência técnica em máquinas, equipamentos e instalações elétricas e mecânicas. O sócio-engenheiro pode limitar-se às atividades empresariais e contratar outros profissionais não engenheiros para exercer as atividades técnicas da empresa. Além disso, pode ser a formação do sócio-engenheiro em Engenharia Civil, o que não teria correlação alguma com equipamentos e instalações elétricas e mecânicas.

Processo nº : 10885.003100/99-02
Resolução nº : 301-01.438

De outra sorte, também não vislumbro correlação necessária entre a atividade exercida pela contribuinte e aquela impeditiva elencada no Ato Declaratório (Normativo)/SRF nº 4, de 22 de fevereiro de 2000, conforme entendeu a DRJ-Ribeirão Preto/SP. Predit o Ato Declaratório refere-se à atividade de montagem e manutenção de EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS, os quais não precisam, necessariamente, ser os mesmos equipamentos elétricos e mecânicos objeto da atividade da empresa. Assim, por exemplo, parece-me que um rádio-gravador portátil é um equipamento elétrico, sujeito a manutenção pela contribuinte, mas que não se configura num equipamento industrial.

Por outro lado, também não vislumbro uma excludência necessária, conforme entende a recorrente. Pode também um equipamento industrial, como, por exemplo, uma empacotadeira, ser considerado um equipamento elétrico, passível, portanto de manutenção pela empresa recorrente.

Isto porque a descrição da atividade exercida pela empresa em seu contrato social (fl. 09), qual seja, **assistência técnica em máquinas, equipamentos e instalações elétricas e mecânicas**, é bastante ampla e genérica, ficando imprecisa qualquer inferição que daí se obtenha, tanto contrária quanto favorável à inclusão da reclamante no SIMPLES.

Desta forma, é mister que os autos **retornem à autoridade preparadora** para que esta diligencie no sentido de obter maiores informações acerca da real atividade exercida pela empresa, analisando, se necessário, as escritas fiscais e contábeis, ou mesmo realizando visitas *in loco*, para que, ao final, junte aos autos **PARECER CONCLUSIVO** e minucioso acerca da atividade exercida pela reclamante.

Isto posto, voto no sentido de **CONVERTER O JULGAMENTO EM DILIGÊNCIA**, para que sejam tomadas as providências acima requeridas.

É como voto.

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2005

IRENE SOUZA DA TRINDADE TORRES - Relatora